

1

ÉTICA ANIMAL PARA OS NOVOS TEMPOS: PRAGMATISMO, PLURALISMO E EDUCAÇÃO MORAL

*Carlos Naconecy*¹

INTRODUÇÃO

Nesta minha comunicação, defenderei o seguinte ponto: a ética animal tem que se atualizar. Ela está desatualizada. Os tempos são outros. Os tempos estão bem mais difíceis e ameaçadores. E novos tempos exigem novas respostas. Há que se reposicionar o papel dos intelectuais animalistas em um mundo que está menos solidário e menos sensível. Há que se repensar também o papel da teoria. Levando-se em conta os desafios que hoje rodam a situação dos animais, nós não podemos nos dar ao luxo de nos ocuparmos apenas com exercícios de teorização acadêmica. O que está acontecendo com os animais no mundo hoje é mais importante do que nós, que trabalhamos com teoria, pensamos sobre isso. Ao se olhar para as grandes ameaças que pairam sobre toda a vida neste planeta, podemos parafrasear Marx, dizendo que a ética animal deveria se esforçar mais para mudar o mundo do que apenas analisar o mundo no que tange ao tratamento dos animais. Além disso, parece que a academia não tem sabido dialogar suficientemente com a sociedade. Essa dificuldade é histórica, como nós sabemos. A

¹ Carlos Naconecy é filósofo especialista em ética animal e ética da vida (ética ambiental). Possui graduação em filosofia pela UFRGS, mestrado e doutorado em filosofia pela PUCRS. Foi pesquisador visitante na Universidade de Cambridge, Inglaterra. Dentre outras publicações, é autor do livro *Ética & Animais: Um Guia de Argumentação Filosófica*, lançado em 2006 pela editora Edipurs.

partir desse cenário, há que se articular uma abordagem atualizada de enfrentamento dessa problemática.

De fato, a ética animal prosperou bastante nas últimas décadas na justificação das bases teóricas da defesa animal. É claro que uma coisa é interpretar o mundo sob categorias abstratas. Um acadêmico, supostamente, é bom nisso. Mas se a demanda mais urgente é alterar nosso comportamento desastroso em relação ao não humano, nós deveríamos ouvir o conselho atribuído ao filósofo estoico Epitecto: é mais importante *incorporar* uma filosofia do que *explicar* uma filosofia. Então, inspirado por esse pensamento, tratarei precisamente da insuficiência pragmática e motivacional da ética animal.

Minha proposta aqui é dupla. Em nível coletivo, quer dizer, no diálogo com ativistas e com aqueles que têm o poder de elaborar políticas de proteção animal, proponho um pragmatismo pluralista. Por quê? Bem, pragmatismo porque, como eu disse, não há tempo a perder. Os animais e a natureza têm pressa: estamos mostrando que não somos mais capazes de garantir sua devida proteção, dado o rumo que a nossa civilização está tomando. E pluralista porque as interpretações a respeito da importância dos animais variam tanto nos tempos atuais de modo que apenas uma abordagem plural pode esperar algum tipo de ressonância social para dar conta desse desafio. Em nível pessoal, isto é, como pedagogia moral, como educação moral, proponho a adoção da ética das virtudes como guia normativo.

É tentador para quem trabalha dentro da ética animal e da defesa animal supor que certas conquistas – conquistas epistemológicas e conquistas morais – já estejam bem consolidadas. Afinal, essa área já

tem 50 anos de história. Mas não devemos nos enganar a respeito disso. Darei dois exemplos para justificar esse ceticismo. Sabemos que, no sentido legal, os animais não são mais considerados “coisas” em certos países, como Áustria, Alemanha, Suíça, França, Portugal e Espanha. Muito bem, animais, em tese, não são coisas nesses lugares. Pergunto: isso fez despencar o consumo da carne desses animais nesses países? Não, não fez. O animal deixou de ser coisa, mas continua sendo comido exatamente como antes, como se fosse coisa.

Outro exemplo: há dez anos um grupo de cientistas de renome internacional afirmou que os animais – mamíferos e aves principalmente – também têm “substratos neurológicos que geram a consciência”. Bem, isso fez com que pelo menos esses cientistas parassem de comer mamíferos e aves? Ou recomendassem isso? Não! Os cientistas que assinaram a “Declaração sobre a Consciência de Cambridge”² não adotaram o vegetarianismo (com exceção de um, ao que parece). O que esperar então daqueles que *não* são cientistas e *não* entendem o vocabulário da neurociência? Ou seja, essa declaração, apesar de contundente e taxativa, não foi capaz de mudar atitudes nem a realidade para os animais.

Feita essa introdução, passo agora ao próximo ponto. O pano de fundo será a ideia de que a ética animal não deve apenas teorizar sobre valores morais, mas também levar em conta o contexto e as circunstâncias da sociedade na qual ela teoriza.

² LOW, Philip et al. “Declaração sobre a Consciência de Cambridge”. *Ética Animal*, 2017. Disponível em: <http://animal-ethics.org/declaracao-consciencia-cambridge>. Acesso em: 19 jun. 2023.

1. O PRAGMATISMO NA ÉTICA ANIMAL

A tese a ser defendida é que a abordagem pragmática é a mais adequada para lidar com a questão animal. Mas não entendam pragmatismo aqui como a velha ideia de que os fins justificam os meios. Não é nada disso, como veremos.

O pragmatismo surgiu como uma corrente de pensamento estadunidense no final do século XIX. Originalmente, o pragmatismo filosófico lidava com o significado e a verdade das crenças, tendo Charles Peirce e William James como fundadores. Atualmente, há várias versões diferentes do pragmatismo. Aqui irei apenas pinçar algumas ideias-chave dessa corrente que podem ser úteis para o animalismo. Para a questão animal, a inspiração mais importante a ser seguida seria a seguinte: não importa tanto que um argumento animalista *seja* realmente bom. Importa mais que o público *perceba* esse argumento como bom.

A noção pragmatista que considero mais útil para a ética animal é o pluralismo. O pressuposto aqui é que nossa relação moral com os animais e com outros seres vivos se dá por múltiplas formas. Outras ideias importantes do pragmatismo são o falibilismo e a flexibilidade. Afinal, o ser humano é limitado e não temos acesso a todo o conhecimento. Não temos todas as respostas. É melhor adotar um multiperspectivismo do que oferecer um receituário universal e um enfoque único para a problemática animal. Veremos isso melhor mais à frente.

A vantagem dessa abordagem é se adaptar rapidamente às circunstâncias, especialmente quando elas estão em constante mudança, como as nossas. Eu já tratei do olhar pragmático aplicado ao abolicionismo animal em outra ocasião.³ Não cabe retomar esse tema aqui, mas apenas ressaltar a tensão que existe entre duas posições nesse debate. Um abolicionista teórico (ou fundamentalista) não ficaria satisfeito apenas em ver a abolição animal acontecer na nossa sociedade – se tal abolição não ocorrer pelas razões corretas, como, digamos, pelos direitos animais. Já para um abolicionista pragmático é mais importante ver a abolição acontecer do que o fato de a abolição acontecer pelas razões corretas, isto é, por direitos.

Bem, há duas interpretações básicas sobre o papel intelectual que cabe a um eticista animalista. A primeira delas diz respeito a montar bons argumentos que provem a imoralidade do uso corrente de animais na nossa sociedade. Isso requer apenas uma certa competência filosófica. Uma faculdade de Filosofia, supostamente, ensina isso. Mas há uma segunda tarefa. Nós, pesquisadores da ética animal, podemos produzir munição teórica para ser usada por outros protagonistas da defesa animal.

No entanto, nem sempre um intelectual animalista vai ajudar um político, um ativista, um protetor ou um veterinário apresentando uma bela teoria sobre direitos animais para ele. Para ter uma relevância social – e penso que nós deveríamos buscar isso – um filósofo animalista precisa aprender a se comunicar com uma sociedade que é

³ NACONECY, C. Bem-estar Animal ou Libertação Animal? Uma análise crítica da argumentação antibem-estarista de Gary Francione. *Revista Brasileira de Direito Animal*, v. 5, 2010, p. 235-267.

formada, na sua maioria, por *não filósofos*, por *não acadêmicos*, por *não intelectuais*. Como disse Davis Johns, se nós queremos ter uma influência maior no mundo, um mundo que está ameaçado pela sexta grande extinção de espécies, não podemos só falar entre nós mesmos ou para nossos alunos nas faculdades. Temos que aprender outras linguagens para comunicar nosso ponto, pois, afinal “poucos ativistas ou políticos têm doutorado”.⁴ Para o pragmatismo, é melhor errar participando ativamente dos debates públicos do que defender uma posição sem relevância para os nossos tempos. O pragmatismo está mais bem equipado para conversar sobre a questão animal porque ele apela à nossa experiência vivida no dia a dia. Isso significa seguir alguns caminhos:

- 1) Não enfatizar uma oposição entre razão e emoção, deixando a razão falar sozinha, como fazem Peter Singer, Tom Regan e outros tantos eticistas. Voltarei a esse ponto mais adiante.
- 2) Não perder muito tempo criticando outros autores e discutindo se suas teorias são plausíveis ou não. Ou se uma teoria é superior a outra. Ou aplicando conceitos sofisticados, como o de valor intrínseco. A maioria das pessoas engajadas no debate público ou que militam na política ou no ativismo animalista *não* têm disposição nem interesse para lidar com conceitos que eles consideram complicados e obscuros. Mas vejam bem: não se trata aqui de rejeitar teorias ou conceitos sofisticados, mas apenas considerar eles de importância *secundária*, se estamos pensando em resultados concretos.
- 3) Ter cautela ao se fazer um ataque antiantropocêntrico indiscriminado e sem qualquer critério ontológico. Por quê? Porque nosso leitor entenderá que estamos propondo o chamado “zoocentrismo moral igualitarista”, posição

⁴ JOHNS, D. The Ir/Relevance of Environmental Ethics. *Environmental Ethics*, v.25, 2003, p. 224.

representada pelo mote “*todos os animais são iguais*”. O problema é que essa abordagem é fortemente contrária à intuição do senso comum. A ideia de que a morte de um peixe é *tão grave*, moralmente falando, quanto a morte de uma criança não terá ressonância aos ouvidos do cidadão médio. É claro que eu posso defender essa posição em uma tese de doutorado, e me sentir muito satisfeito intelectualmente com ela. Mas essa ideia não irá mobilizar a sociedade para a causa animal. Por quê? Porque essa ideia terá muita dificuldade de fazer uma ancoragem no sistema de valores das pessoas comuns. Em outras palavras, a ideia de que “*todos os animais são iguais*” terá uma aderência pragmática mínima na psicologia moral popular.

Obviamente, a alternativa a essa posição é dizer que o status moral ou o valor intrínseco admite graus ao longo da escala zoológica. O problema aqui então é que ficaremos tentados a dizer (acompanhando a maioria dos filósofos animalistas) que o ser humano tem esse valor, esse status, no mais alto grau. Ora, isso significa levar a percepção do público de volta ao antropocentrismo na sua forma mais grosseira. Isso, novamente, vai dificultar a empreitada animalista.

Esse é um velho problema dentro da ética animal. No debate, ele aparece na discussão do chamado “dilema do bote salva-vidas”, no qual se imagina que um humano e um cão disputam a última vaga nele. Se realmente todos os animais, humanos e não humanos, têm o mesmo valor, a resposta ao dilema seria dada por um “cara-ou-coroa”. Mas essa não é a resposta dos especialistas da ética animal: a quase unanimidade dos autores animalistas – incluindo Peter Singer, Tom Regan e Gary Francione – recomendam salvar o humano e deixar o cão morrer. Alguém pode pensar que essa resposta é grosseiramente antropocêntrica e especista. Mas isso não é tão óbvio, porque na escolha

entre salvar, digamos, um porco ou uma minhoca, o porco seria o escolhido. E, notem, isso está de acordo com o senso comum, cuja intuição também admite uma hierarquia axiológica entre os diferentes tipos de criaturas. Enfim, se nós esperamos que a nossa reflexão intelectual tenha alguma utilidade para o ativismo, talvez devêssemos ouvir Mark Michael quando ele diz que:

Enquanto os filósofos se dão ao luxo de falar entre si, ocupando-se exclusivamente de uma crítica intramuros das ideias uns dos outros sobre visões de mundo rivais, a maioria dos ativistas não pode se dar a esse luxo. Eles devem falar para a oposição em termos amplamente antropocêntricos da oposição, ou não conseguir serem ouvidos de forma nenhuma.⁵

Como vimos, se a tarefa é pôr os animais em primeiro lugar, deixando as discussões refinadas sobre particularidades teóricas em segundo, então devemos empregar toda nossa energia intelectual na construção de uma abordagem com maior probabilidade de promover a emancipação dos animais. Eu vou defender aqui que tal abordagem deve empregar o pluralismo moral. Resumidamente, trata-se de adotar um feixe de conceitos e enfoques que convergem para o mesmo resultado desejado.

Deixemos que um dos fundadores do pragmatismo, Charles Peirce, explique essa estratégia. Ele disse que, em filosofia, devemos confiar mais na multiplicidade e variedade dos seus argumentos do que no caráter conclusivo de algum deles. Ou, para usar uma imagem de Pierce,

⁵ LIGHT, A; DE-SHALIT, A. Introduction: Environmental Ethics – Whose Philosophy? Which Practice? *In*: LIGHT, A; DE-SHALIT, A. (Eds.). *Moral and Political Reasoning in Environmental Practice*. Cambridge: MIT Press, 2003, p. 4, *apud* MICHAEL M. A. The Problem with Methodological Pragmatism. *Environmental Ethics*, v. 34, 2012, p. 144.

não se trata de argumentar em forma de uma *corrente*, formada elo por elo. Como se sabe, basta um desses elos se romper para provocar o colapso de toda a cadeia argumentativa. Em vez disso, se trata de filosofar na forma de um *cabo*, formado por vários argumentos, cujas fibras podem até ser finas, desde que elas sejam suficientemente numerosas e bem trançadas, diz ele.⁶ É disso que vou tratar a seguir.

2. O PLURALISMO METODOLÓGICO NA ÉTICA ANIMAL

Começo com o pressuposto de que os desafios que hoje ameaçam os animais exigem respostas efetivas, urgentes e globais. Sendo assim, importa mais a convergência normativa das nossas propostas do que a beleza filosófica de uma ou outra abordagem animalista. Ou seja, devemos partir rapidamente para o pluralismo moral.

Contudo, a literatura animalista segue, quase sempre, o chamado *monismo moral*, seu oposto. Recapitulemos do que se trata. Um eticista monista equipara o procedimento da ética com o da matemática no aspecto metodológico. Há um olhar monista quando se constrói um – e apenas um – raciocínio moral para chegar à defesa filosófica dos animais. Ou quando um único princípio moral, geral e abrangente, nos guia através de todos os problemas morais na direção de uma única resposta correta. Ou quando esse princípio é construído sobre aquilo que o autor considera uma única propriedade moralmente importante. Os candidatos mais frequentes são *senciência*, *consciência*, *sujeito de*

⁶ PEIRCE, C. S. *Collected Papers* apud BERNSTEIN, R. J. *Pluralism and the Healing of Wounds. Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association*, v.63, n.3, 1989, p.9.

uma vida, vulnerabilidade e capacidades. Outras dimensões ontológicas de uma criatura serão consideradas eticamente irrelevantes e deixadas de lado. A partir dessa ontologia, o autor vai construir sua ética. Ele espera que sua teoria tenha uma resposta correta para todos os problemas morais, para todas as atividades humanas, e para todas as criaturas da Terra. E mais: ele espera que sua ética engula todas as outras éticas concorrentes. Em face disso, Christopher Stone chama essa pretensão monista de quixotesca e imperialista.⁷

Interessa aqui dois problemas práticos desse olhar monista:

1) Um dos traços marcantes das sociedades democráticas contemporâneas é uma multiplicidade de valores considerável. E multiplicidade de valores significa multiplicidade de juízos de avaliação. Por isso, entre a população, nós encontramos uma variedade de visões sobre o status moral dos animais. O *ethos* individualista que marca os dias atuais nos desafia a integrar essa multiplicidade de perspectivas.

Aliás, dentro da mesma pessoa pode haver um conflito de valores envolvendo os animais. Pode ser impossível para ela mesma atender esses diferentes valores ao mesmo tempo, porque um pode não ser redutível a outro (*problema da incompatibilidade*). E pode também ser impossível encontrar um valor geral e mais abrangente para avaliar o que está em conflito. Se isso acontecer, não vai ser possível comparar valores rivais, perspectivas rivais ou teorias rivais entre si, simplesmente por falta de um padrão externo de avaliação (*problema da incomensurabilidade*).

⁷ STONE, C. D. Moral Pluralism and the Course of Environmental Ethics. *Environmental Ethics*, v. 10, 1988, p. 145.

2) Frequentemente, no mundo real, a ética animal é confrontada com uma diversidade de situações moralmente problemáticas de alta complexidade. É pouco provável que uma abordagem única e simples dê conta disso tudo. A adoção de uma teoria fechada pode nos forçar a jogar fora certas intuições bem razoáveis ou asfixiar outras perspectivas que dariam uma boa contribuição para o problema. Se isso é assim, a maioria dos autores animalistas têm empobrecido e supersimplificado a questão animal. Como remediar isso? Adotando uma estratégia normativa flexível. Isso exige uma abordagem pragmática-pluralista na ética animal.

Em que consiste exatamente tal abordagem? Explico: a ética animal admite vários pontos de vista e pode ser abordada por diversos ângulos, a partir dos quais se chega simultaneamente à mesma conclusão. Em vez de adotarmos uma, e apenas uma, perspectiva ética, seria melhor apresentar um conjunto de diferentes argumentos morais ao público, com potencial de persuadir uma audiência tão ampla quanto possível a respeito da proteção animal. Espera-se que um, alguns ou muitos desses argumentos toquem em valores morais que o nosso público já acolhe. Esse cardápio pode incluir a noção de compaixão, direitos, vulnerabilidade, subjetividade, decência, capacidades, violência ou outros conceitos-chave que possamos vir a conceber.

Podemos supor que essa proposta venha a ser considerada pela tradição filosófica em geral – e pela ética animal em particular – como algo confuso e teoreticamente impuro. Mas isso não procede: não se trata de uma “colcha de retalhos” moral. Em vez disso, trata-se de uma

rede normativa de proteção animal formada pela interconexão de diferentes “nós” teóricos.

Outra coisa a se ter em conta é o multiculturalismo que predomina nas sociedades modernas. Isso faz o pluralismo ser filosoficamente atraente e politicamente desejável. Aqui se inclui as atitudes religiosas. Calcula-se que cerca de 80% da população mundial seja afiliada a alguma religião. Dado esse percentual enorme, caberia ao animalismo mostrar que a defesa animal também pode ser ancorada na Bíblia, no Corão, nos Sutras Budistas, no Bhagavad Gita ou em algum outro texto doutrinário. Sob o olhar pragmático, não haveria razão para deixar de lado a imensa força mobilizadora do que podemos chamar de uma “Teologia Animal para Leigos”.

Ao mesmo tempo que se trata de uma abordagem ecumênica, com alto teor persuasivo, ela também envolve certa competência retórica. Se um determinado auditório ou público-alvo já for simpático e espontaneamente atraído a uma certa noção-chave, se ela ecoar melhor aos seus ouvidos, então é a partir dessa noção que a defesa animal deve se mover normativamente.

Espero que tenha ficado claro que se trata de um pragmatismo metodológico, que vai abarcar um pluralismo também metodológico, com finalidade apenas estratégica. Para que não reste qualquer mal-entendido, vejamos agora do que *não* se trata:

- 1) Não confundamos essa abordagem com relativismo moral, típico do pensamento pós-moderno, tão popular hoje em dia. O que está sendo dito aqui é que há mais de um modo de fazer a defesa moral dos animais. Não se está

dizendo que qualquer abordagem animalista é tão boa quanto a outra. Nem que qualquer argumento animalista é apenas mais um entre outros.

- 2) A ideia é não se comprometer com a existência de uma única resposta correta para todos os dilemas morais envolvendo animais. Ao contrário, um filósofo animalista pode apelar para vários diferentes enfoques, adotando algo como, por exemplo, (a) utilitarismo e deontologia para animais (b) respeito pela vida para insetos e vegetais, (c) teoria da justiça para comunidades humanas, (d) ética das virtudes para avaliar atitudes pessoais, (e) ética das capacidades para fazer um *ranking* de prioridades morais entre diferentes criaturas etc.

Nada nos impede de acreditar que uma dessas abordagens seja a mais plausível dentre todas. Eu, depois de fazer uma análise aprofundada, posso escolher uma delas em particular e defendê-la perante meus colegas acadêmicos, nos artigos e congressos animalistas. Posso explicar as opções que temos e porque uma delas é mais desejável do que as outras. No entanto, ao falar ao público em geral, para ativistas e para políticos, eu vou apresentar um cardápio de ferramentas conceituais voltadas à defesa animal. Ou seja, trata-se de estratégia moral – e não do que se poderia chamar de alguma “promiscuidade moral”.

3. A (IM)POTÊNCIA PERSUASIVA-MOTIVACIONAL DA ÉTICA ANIMAL

Inspirados pela lógica do pragmatismo, deveríamos abandonar nossa confiança exclusiva em uma ética puramente racionalista e tratar construir abordagens com alta potência persuasiva e motivacional na ética animal. Contudo, o fato é que muitos pensadores da questão animal não levam em conta o impacto persuasivo da sua argumentação.

Normalmente, isso acontece porque o autor animalista tem um interesse apenas intelectual nessa questão. Ele não está particularmente preocupado em ajudar a tornar o mundo um lugar melhor. Ele não vai se perguntar “*Como meu artigo ou livro irá contribuir para a causa?*”. Se seu texto cair nas mãos de um vereador, deputado ou senador, esse político poderá se inspirar no que ele escreveu, a ponto de propor alguma mudança concreta em uma lei em vigor? Seu texto é capaz de fornecer novos *insights* aos ativistas?

Quando um autor animalista leva, sim, essa questão em conta, ele vai supor que as pessoas podem ser convencidas apenas com sólidos argumentos racionais. Como se todos nós fossemos da mesma linhagem do Sr. Spock, do filme *Jornadas nas Estrelas*, prontos para serem persuadidos por uma ética animal forjada apenas na boa e pura lógica.

Os mais céticos, como Richard A. Posner, dirão que apresentar argumentos filosóficos esperando que eles alterem o comportamento moral das pessoas é perda de tempo. Eles dirão que argumentos racionais não têm todo esse poder: teorias morais não conseguem sacudir nossas intuições morais. E essas intuições morais atuam justamente como premissas que vão sustentar nosso sistema de crenças e, assim, pautar nossa conduta. Supõe-se que nossas intuições morais sejam formadas durante a infância pela educação moral dada pelos nossos pais ou professores. Argumentos racionais simplesmente não conseguem mudar elas, segundo essa crítica. O problema é que se dois debatedores partirem de premissas morais diferentes, ou seja, de intuições diferentes, não haverá lugar para a persuasão – e o debate se mostrará interminável (algo facilmente observável nas redes sociais).

Duas pessoas podem discordar também porque não conhecem todos os fatos em questão. Neste caso, o desafio da ética animal seria navegar no mundo do negacionismo, da mentira deliberada, o da desinformação. Afinal, quando até os fatos mais óbvios podem ser postos em dúvida sem qualquer escrúpulo, fica difícil qualquer diálogo moral avançar.

O fato é que quanto mais clara e sintética for uma obra animalista, mais convincente ela será. Contudo, nem todo autor se esforça para se fazer entender pelo seu leitor. Muitas vezes, ele está interessado apenas que seu livro vá para os anais da *Ética Animal*. Nesse caso, o livro serve apenas à autopromoção do autor. Serve apenas para exibir suas habilidades intelectuais. Serve apenas para demonstrar sua erudição filosófica ou jurídica na temática animal. Se esse for o caso, tal autor vai fazer acrobacias com as palavras, através de frases excessivamente longas, com muitos adjetivos para poucos substantivos, fabricando um texto graficamente pesado, coalhado de citações de outros autores, floreios e rebuscamento. Ao final, o autor, embriagado com suas próprias palavras, produzirá uma verborragia crítico-narcísica que apenas um leitor muito escolarizado é capaz de suportar. Já para um leitor menos intelectualizado, seu texto animalista vai parecer intimidador e impenetrável. Querendo parecer erudito a qualquer preço, o autor acaba sacrificando assim uma boa oportunidade de explicar às pessoas os fundamentos da causa animal. Por estar recheada de toda uma gordura retórica e afetação intelectual, essa abordagem ilustra exatamente o oposto do enfoque pragmático que está aqui sendo defendido.

O que está sendo dito ficará bem claro ao analisarmos o livro *Libertação Animal*, de Peter Singer.⁸ Nenhum outro livro promoveu tanto a ética animal quanto esse nas últimas décadas e nenhum outro influenciou tanto as pessoas a mudar sua dieta e adotar o vegetarianismo. Consta que grandes nomes do movimento foram levados ao ativismo imediatamente após lê-lo. No entanto, pergunta-se: por que essa obra teve tanto sucesso em alterar a percepção das pessoas sobre a questão animal? De onde veio seu tremendo poder motivacional? Uma coisa parece certa: não foi devido à sua excelente exposição da teoria utilitarista. Aliás, a obra contém muito pouco de filosofia técnica. O princípio de igual considerações de interesses ocupa apenas o primeiro capítulo da obra. As deduções filosóficas poderiam ser puladas que o livro continuaria sendo um marco na área. Então, não foram os raciocínios filosóficos.

O que persuadiu os leitores do *Libertação Animal* foram os relatos – emocionalmente carregados – da realidade cruel da pecuária, dos laboratórios e de outros locais de exploração animal. Até mesmo fotografias foram usadas. Aprendemos com o livro de Singer que os animais que exploramos não têm a vida boa que nós pensávamos que eles tivessem. Por mais que Singer e outros autores digam que é a razão – e não a emoção – que deve guiar a ética animal, não é isso o que aprendemos ao examinar a obra. O mérito prático do *Libertação Animal* foi simplesmente despertar nossa compaixão. Essa é uma boa lição para qualquer intelectual animalista de como ser socialmente mais relevante

⁸ ILEA, R. Singer, Wittgenstein, and Morally Motivating Examples. *Between the Species*, v. 22, n. 1, 2018.

na sua atividade. Se nós quisermos influenciar a sociedade, devemos saber usar a linguagem das imagens. Saber usar exemplos com ressonância emocional. É claro que, atualmente, são os vídeos do *YouTube* (em vez dos livros) que estão fazendo esse trabalho de denúncia investigativa. E se os relatos chocantes de crueldade não convencerem as pessoas, não será explicando – *por a mais b* – que houve violação de direitos.

Aliás, os autores da ética do cuidado vão mais longe ao dizer que não apenas as teorias éticas podem ser ineficazes para motivar os leitores a perceberem uma injustiça, mas podem ser até uma via contraproducente para dar conta dela. Por que? Porque teorias desviam a atenção do leitor quanto à gravidade da crueldade. Em vez de mobilizar a sensibilidade moral e a imaginação empática das pessoas em direção à vítima, a teoria animalista faz com que sua sensibilidade e empatia sejam encaixadas à força em um vocabulário de direitos (ou de interesses, no caso de Singer). Em outras palavras, tratar a injustiça pelo conceito de direitos apenas a empalidece, em vez de iluminá-la, segundo a crítica. Em suma, ao teorizarmos com categorias intelectuais sobre a miséria animal, nós atenuamos o ultraje, a ofensa e a gravidade que a situação abarca.⁹

O ponto aqui é claro: eu não preciso explicar a injustiça de prender um animal em uma jaula ensinando Tom Regan. A descrição de como é a vida miserável desse animal já é autoexplicativa. Eu, por meio de relatos e imagens cruas, convido o leitor a imaginar a tortura que esse

⁹ DIAMOND, C. Injustice and Animals. In: ELLIOT, C. (Ed.). *Slow Cures and Bad Philosophers: Essays on Wittgenstein, Medicine, and Bioethics*. Durham: Duke University Press, 2001 *apud* Ilea, p. 13-14.

animal passa, e concluir daí que essa condição é imoral. O problema, então, é que os teóricos animalistas acabam invertendo a direção desse entendimento: levamos o leitor leigo da ética animal a crer que a injustiça só pode ser compreendida por meio do conceito de direitos. Por último, como todo ativista animalista já deve ter constatado, o senso comum ficará tentado a contrapor direitos contra direitos, como, por exemplo, o direito do animal à vida contra seu direito a comer carne, o que tende a paralisar o debate público nesse tema.

4. A ABORDAGEM DAS VIRTUDES NA ÉTICA ANIMAL

No final dos anos 70, um grupo de filósofos sugeriu que, em vez de dizermos que uma ação é moralmente errada ou que ela viola deveres/direitos, deveríamos dizer que essa ação é desonesta, injusta, covarde ou cruel. Ou, ao contrário, que essa ação é generosa, honesta ou justa. Assim, a ética das virtudes, que já estava um tanto esquecida, recebeu um novo fôlego dentro da Filosofia Moral. A ética das virtudes é uma das três grandes correntes de ética, mas bem menos conhecida no animalismo que o consequencialismo e a deontologia. Essas duas correntes dominaram o campo da ética aplicada durante o século XX e ainda hoje são dominantes. Contudo, a ética das virtudes compete diretamente com elas, ainda que permaneça minoritária dentro da ética animal. Percebe-se, no entanto, que isso está mudando, seguindo o que aconteceu com a ética ambiental, onde o enfoque das virtudes já renasceu e está bem consolidado.

Podemos explicar a contribuição da ética das virtudes começando por recapitular o método tradicional da ética para a proteção do não humano. O ponto de partida é o fato de que, na nossa sociedade, são atribuídos direitos aos seres humanos. São esses direitos que nos garantem certa proteção moral e legal. Pois bem, a ética animal vai equiparar animais e humanos nesse sentido. Para isso, ela ressalta alguma propriedade partilhada entre nós e eles, para, em seguida, fazer a seguinte dedução:

- 1) Uma propriedade P (senciência, racionalidade, autoconsciência etc.) é uma propriedade moralmente importante.
- 2) Animais têm essa propriedade P.
- 3) Logo, animais têm status moral (que geram deveres / direitos / consideração)

Esse processo é chamado de *extensionismo moral*. É claro que a primeira parada do extensionismo é o animal, porque o animal está ontologicamente mais perto de nós, humanos. Mas podemos ir adiante. Minha intuição moral me diz que não devo cortar uma árvore apenas para me distrair e passar meu tempo. Eu concluo que, se isso é assim, é porque as árvores devem ter direitos também – neste caso, de não serem cortadas por motivos fúteis. Bem, podemos ir ainda mais longe. Minha intuição também me diz que escavar toda uma montanha natural apenas para extrair pedras decorativas é igualmente errado. Daí concluo que montanhas também devem ter direitos. Uma espécie animal ou vegetal, por sua vez, parece que deve ser protegida da extinção pela predação humana, o que também indica que tal espécie, enquanto espécie, também tem direitos.

Nesta comunicação, estou defendendo um pragmatismo pluralista. Bem, o pluralismo dirá que há outras formas de dar conta disso. Vai admitir outras rotas, por exemplo, argumentando que uma pessoa decente não destrói todas essas coisas – animais, árvores e montanhas – por razões fúteis ou razões eticamente fracas. Assim, a ética das virtudes se oferece como um caminho alternativo para proteção do não humano. Ou seja, não precisamos raciocinar em ética apenas em termos de “*aquela criatura tem ou não tem direitos*” ou “*aquela criatura é ou não é senciente*”.

Voltemos às árvores. Suponha o seguinte caso: na casa ao lado da sua, o vizinho tem uma magnífica árvore centenária plantada no pátio. Certo dia, ele fica muito aborrecido com a quantidade de folhas que sempre caem sobre seu pátio e, por essa razão, resolve cortar tal árvore. Você fica indignado com isso, suponho eu. Por que? Por que as árvores têm direitos morais, um direito à vida, seguindo a deontologia? Ou é por que o balanço total das consequências dessa ação são negativas para todos os envolvidos, como diria o utilitarismo? Ou por que foi cometida uma injustiça simplesmente? Intuitivamente, a resposta nesse caso não parece envolver o conceito de direitos, nem de deveres nem de utilidade, mas, sim, se daria nesses termos: que tipo de pessoa derruba uma árvore por um motivo tão fútil como aquele? Resposta: uma pessoa insensível, arrogante e pouco humilde. Certamente o seu vizinho não aprendeu na infância, tampouco desenvolveu ao longo da vida, a virtude do respeito e da admiração pela natureza.

Essa é a abordagem oferecida pela ética das virtudes. Ela vai dizer que se um ato resulta da crueldade, arrogância e desrespeito, então esse

ato é eticamente errado. Vamos aplicá-la a outros casos. Consideremos a questão da imoralidade da pesca desportiva. A teoria dos direitos vai ponderar o direito do peixe à vida *versus* o direito do pescador ao lazer. O utilitarismo vai ponderar o sofrimento do peixe *versus* o prazer do pescador. A ética das virtudes não precisa fazer ponderações desse tipo. Ela dirá que é justamente por sentir prazer na pesca que o pescador revela uma falha de caráter pessoal. Sobre a questão do comer carne, a ética das virtudes dirá que, na nossa sociedade urbana moderna, o consumo de carne resulta, em grande parte, do comodismo, covardia e desonestidade intelectual das pessoas.

Sendo mais exato, um seguidor dessa corrente não vai considerar as noções de certo e errado como tão importantes. Enquanto consequencialistas e deontólogos se ocupam em como resolver esse ou aquele dilema moral, a ética das virtudes vai se ocupar com uma questão bem mais ampla: como ser uma pessoa boa ou, pelos menos, decente. Ela vai se ocupar com atitudes, nosso modo de vida e de perceber as coisas. Portanto, esse enfoque é bem mais amplo, porque se ocupa com o todo da nossa existência.

Um dos grandes trunfos da ética das virtudes é não ter que lidar com tecnicidades conceituais. Há sempre o risco de um jargão acadêmico pesado mais atrapalhar do que ajudar a causa animal. A ética das virtudes não precisa evocar, por exemplo, a noção de valor intrínseco ou valor inerente, como Tom Regan ou Paul Taylor o fazem. Não precisamos falar de status moral ou de direitos. Isso é uma grande vantagem pragmática porque a maioria das pessoas – que não são filósofas – considera esses conceitos técnicos obscuros e enigmáticos.

Como a ética das virtudes contorna esse problema? Imaginemos situações corriqueiras.¹⁰ Se você flagra seu filho cutucando uma formiga, você dirá “*Não faça isso, porque assim você vai machucá-la*”. Ele tenta esticar uma minhoca, e você dirá: “*Não faça isso, porque assim você irá matá-la*”. Você mostra para ele que uma planta está seca dentro de casa e dirá “*Ela está precisando de água; vamos ter que regá-la.*” ou “*O cão está agitado porque quer passear; leve-o para rua*”. Se seu filho mostra que tem medo ou nojo de uma barata, você dirá “*Ela está apenas procurando restos de comida aqui em casa; ela também sente fome, como nós.*”

O que você está fazendo como mãe ou pai nesses casos? Você está moldando ou treinando seu filho a adotar um modo respeitoso de perceber e agir em relação aos seres vivos. Isso é uma verdadeira educação biocêntrica. Ou, se preferir, você está ensinando-lhe a reconhecer o valor intrínseco de animais e plantas – sem precisar ler um texto de Singer, Regan ou Taylor. Está ensinando como respeitar animais sem precisar recorrer a nenhuma teoria dos direitos animais. Essa é a vantagem de uma ética das virtudes quando comparada com outras éticas animalistas: seu enorme potencial pedagógico. Não é preciso ser adulto, nem é preciso ter estudado filosofia ou direito para lidar com ela.

Fica claro também que a ética das virtudes é uma ética formadora, em vez de ser uma ética restritiva. É claro que a maioria das pessoas simplesmente não adota uma virtude animalista de um dia para o outro simplesmente lendo um livro de ética ou assistindo a palestras. Uma

¹⁰ HURSTHOUSE, R. *Environmental Virtue Ethics*. In: WALKER, R. L.; IVANHOE, P. J. (Eds.). *Environmental Ethics*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

disposição ou atitude animalista só pode ser adquirida por habituação, por treinamento moral. Isso geralmente começa na infância, e segue na medida em que as pessoas se aprimoram eticamente ao longo de suas vidas. Nesse caso, não seria mais necessário apoiar-se filosoficamente na teoria dos direitos dos animais, porque o agente já estará motivado a respeitá-los. E saberá como fazer isso. De fato, se o que precisamos é formar as gerações futuras para não fazer o que as gerações anteriores fizeram com o planeta, a ética das virtudes se constitui a própria base de uma educação moral – educação animalista, biocêntrica e planetária.

O grande potencial pedagógico dessa abordagem provém também do fato de que todo o vocabulário necessário para sua tarefa já está presente no nosso cotidiano, nos filmes que assistimos, nos livros de ficção que lemos, observando pessoas públicas como políticos, ou mesmo nosso vizinho de rua. Nas suas formulações, a ética das virtudes apela para qualidades que as pessoas comuns já demonstram. Pessoas honestas normalmente fazem coisas como dizer a verdade, dão o troco correto e pagam suas dívidas. Pessoas desonestas mentem e trapaceiam. E nós admiramos pessoas honestas. E admiramos também pessoas justas, corajosas e generosas. E ensinamos nossos filhos a se tornarem pessoas assim. Nós mesmos tentamos ser assim. Ao mesmo tempo, criticamos aqueles que são desonestos, egoístas, cruéis e gananciosos. Tudo isso são considerados defeitos de caráter e acreditamos que essas pessoas deveriam tentar corrigi-los.

Outra grande vantagem da ética das virtudes é contornar o conhecido “problema da impotência causal”, um tópico que costuma frequentar os debates em ética animal. Resumidamente, trata-se do

seguinte: quando eu vou ao supermercado e compro um frango, eu não estou violando o interesse de nenhum animal, porque ele já está morto há semanas. E também não estou violando o direito de nenhum animal porque cadáveres não têm direitos. Ou seja, o que eu como – ou não como – no almoço não fará diferença alguma para vida de nenhum animal que hoje vive na mão de um pecuarista. Meu boicote vegetariano pessoal é inútil porque não vai salvar ninguém do matadouro. Isso apresenta um problema, dependendo de qual corrente da ética animal estamos tratando. Mas esse *não* é um problema para a ética das virtudes. Vejamos como ela responde bem à questão de o porquê adotar o vegetarianismo ou veganismo. A formulação seria a seguinte:

- 1) Uma pessoa boa contribui para que o mundo seja um lugar melhor ou menos ruim – para os animais inclusive.
- 2) Já uma pessoa minimamente decente não deseja nem ao menos se envolver com algo que prejudique animais – quando houver alternativas não prejudiciais facilmente disponíveis.
- 3) Pessoas minimamente decentes não usam animais, nem se beneficiam com esse uso, nem dão seu apoio financeiro ou simbólico a ele, nem ajudam a dar uma aparência de normalidade a ele.

Notem que, no argumento anterior, não foi preciso falar em direitos animais para justificar o veganismo. E notem também outra questão: alguém pode ser um excelente pensador animalista, dar grandes palestras e escrever grandes livros sobre o tema, mas não necessariamente isso vai levá-lo a ser um vegetariano ou vegano na sua vida privada. Na verdade, há uma infinidade de professoras e

professores de direitos animais que não são veg(etari)anos. Nossa intuição moral (a minha pelo menos) diz que há alguma coisa errada aí. Novamente, a ética das virtudes dá conta desse descompasso. Como? Ela dirá que, ao tal professor animalista, que não é vegano, está faltando a virtude da consistência. Seu pensamento e comportamento estão desalinhados. Ele não age de acordo com o que ensina, o que constitui uma falha ética.

Para finalizar, cabe ressaltar que o vocabulário filosófico das virtudes é especialmente aplicável aos nossos tempos de incerteza e à crise ambiental que nos assola. Como foi dito, essa abordagem foca nas nossas atitudes, hábitos e modo de vida. E nosso modo de vida moderno é catastróficamente destrutivo e insustentável. Consumimos mais recursos naturais do que precisamos. Matamos animais desnecessariamente. Isso manifesta um defeito de caráter do homem moderno: arrogante, ganancioso e egoísta. Caberá às gerações futuras promover uma mudança radical do nosso modo de vida. A nossa geração já deu provas que não é capaz disso. A pergunta que fica então é: que tipo de filosofia empurraria as gerações futuras a deixar uma pegada mais leve sobre o nosso planeta? É plausível especular que não será por meio de teorias puras e fechadas. Já é tempo de uma “virada pragmática” em toda a ética. E já é tempo também de incorporar ao nosso sistema educacional, e ao nosso ensino básico especialmente, os fundamentos da ética das virtudes voltada às criaturas não humanas.